



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 29 de janeiro de 2019

A eficácia do FEIE deve ser mais bem fundamentada, afirma o Tribunal de Contas Europeu

Segundo o novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) tem sido eficaz na obtenção de financiamento para os investimentos na UE, mas os montantes de investimento mobilizados poderão estar sobrestimados. O Tribunal constatou ainda que algum do apoio do FEIE se limitou a substituir outro financiamento da UE e do Banco Europeu de Investimento. Parte dos montantes foi orientada para projetos que poderiam ter recorrido a outras fontes de financiamento público ou privado, embora em condições diferentes, e a maioria dos investimentos foi canalizada para alguns dos maiores Estados-Membros da UE-15 com bancos de fomento nacionais bem consolidados.

O FEIE é uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento (BEI) em que assenta o Plano de Investimento da UE, também conhecido como "Plano Juncker", que visava inicialmente gerar 315 mil milhões de euros em financiamento público e privado para investimentos estratégicos.

O Tribunal concluiu que o FEIE foi eficaz na mobilização de financiamento para apoiar investimentos adicionais na UE desde o seu lançamento, em 2015, até julho de 2018, e constatou que, até meados desse mês, o BEI tinha aprovado 65,5 mil milhões de euros de financiamento, mais do que o volume indicativo de fundos que se pretendia angariar, estabelecido em 61 mil milhões de euros. O apoio do FEIE permitiu que o BEI conseguisse quadruplicar as suas operações de financiamento de risco mais elevado em comparação com 2014.

No entanto, alguns projetos do FEIE poderiam ter sido financiados por fontes privadas e outras fontes públicas ou pelo próprio BEI, embora em condições diferentes. Os promotores de projetos preferiram o financiamento do FEIE por ser menos oneroso ou por permitir um período de amortização mais longo.

O Tribunal questiona também a estimativa de investimento adicional mobilizado que foi comunicada, no valor de 335 mil milhões de euros. Em alguns casos, a metodologia utilizada sobreavalia a medida em que o apoio do FEIE induziu efetivamente investimento adicional na economia real. Além disso, os montantes comunicados não têm em conta que algumas operações do FEIE substituíram outras operações do BEI e instrumentos financeiros da UE. O

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditors](https://twitter.com/EUAuditors)

eca.europa.eu

Tribunal afirma que a falta de indicadores de desempenho e acompanhamento comparáveis para todos os instrumentos financeiros e garantias orçamentais da UE diminui a transparência e a capacidade de avaliar os resultados.

"O FEIE tem uma elevada notoriedade enquanto programa emblemático da UE, o que torna ainda mais importante que qualquer afirmação sobre a sua eficácia assente em fundamentos sólidos", afirmou Leo Brincat, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório.

Segundo o Tribunal, o financiamento que o FEIE substituiu parcialmente dizia sobretudo respeito a instrumentos financeiros da UE geridos centralmente, em especial nos domínios dos transportes e da energia. O Tribunal identificou também a necessidade de a Comissão e o BEI evitarem sobreposições entre o FEIE e os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), geridos pelos Estados-Membros.

A carteira do FEIE no final de 2017 encontrava-se dentro dos limites definidos para o investimento em setores de intervenção específicos. No entanto, a concentração geográfica não era suficientemente equilibrada, destinando-se as operações sobretudo a alguns dos maiores Estados-Membros da UE-15 com bancos de fomento nacionais bem consolidados.

O Tribunal formula várias recomendações no sentido de:

- promover a utilização justificada de produtos de risco mais elevado do BEI ao abrigo do FEIE;
- incentivar a complementaridade entre os instrumentos financeiros da UE e as garantias provenientes do orçamento da União;
- avaliar melhor se os potenciais projetos do FEIE poderiam ter sido financiados a partir de outras fontes;
- estimar melhor o investimento mobilizado;
- melhorar a distribuição geográfica do investimento apoiado pelo FEIE.

Nota aos diretores das publicações

O FEIE foi criado em 2015 integrando o "Plano de Investimento para a Europa", que se destina a combater o défice de investimento resultante da crise financeira e económica que teve início em 2008. Foi inserido no âmbito do BEI e é governado por um Conselho Diretivo composto por representantes da Comissão e do BEI. O FEIE foi inicialmente criado para utilizar uma garantia de 16 mil milhões de euros proveniente do orçamento da UE e 5 mil milhões de recursos próprios do BEI para permitir ao Grupo BEI disponibilizar cerca de 61 mil milhões de euros de financiamento. A finalidade era gerar, até julho de 2018, um montante adicional de 315 mil milhões de euros de investimentos estratégicos em infraestruturas e PME, abrangendo a maior parte dos domínios de intervenção da UE e todos os Estados-Membros.

O Tribunal publicou um parecer sobre o FEIE em novembro de 2016, bem como um relatório especial sobre os instrumentos financeiros da UE, em julho do mesmo ano.

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas

nos seus relatórios é posta em prática. Este elevado nível de aceitação salienta os benefícios do trabalho do Tribunal para os cidadãos da UE.

O Relatório Especial nº 3/2019, intitulado "Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos: são necessárias medidas para tornar o FEIE num sucesso total", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.